

# SUMÁRIO

<b>LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL .....</b>	<b>9</b>
→ DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	9
→ LEI Nº 1.079/1950 E DEC. LEI Nº 201/1967 - CRIMES DE RESPONSABILIDADE .....	11
→ LEI DE EXECUÇÃO PENAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984).....	11
→ DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984).....	12
→ LEI Nº 7.492/1986 - LEI DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO.....	16
→ LEI Nº 7.716/1989 - CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR .....	17
→ LEI Nº 7.960/1989 - PRISÃO TEMPORÁRIA .....	18
→ LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B) .....	24
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	27
→ LEI Nº 8.078/1990 - CRIMES CONTRA RELAÇÕES DE CONSUMO (ART. 61 A 80).....	30
→ LEI Nº 8.137/1990 - CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO .....	31
→ JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	35
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	37
→ DA FASE PRELIMINAR (ARTS. 69 A 76 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	37
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995).....	40
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995) .....	41
→ LEI Nº 9.279/1996 - CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL (ARTS. 183 A 210).....	42
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	42
→ LEI Nº 9.434/1997 - TRANSPLANTE.....	50
→ LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	50
→ LEI Nº 9.503/1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CRIMES) .....	53
→ DOS CRIMES ELEITORAIS (ARTS. 289 A 354-A DA LEI Nº 4.737/1965 - CE).....	60
→ DO PROCESSO DAS INFRAÇÕES (ARTS. 355 A 364 DA LEI Nº 4.737/1965 - CE) .....	61
→ LEI DO MEIO AMBIENTE - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998).....	61
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	62
→ DA APREENSÃO DO PROD. E DO INST. DE INFRAÇÃO ADM. OU CRIME (ART. 25 DA LEI Nº 9.605/1998).....	65
→ DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.605/1998) .....	65
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	66

→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	68
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	69
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998) .....	70
→ LEI Nº 9.613/1998 - LAVAGEM DE DINHEIRO.....	70
→ LEI Nº 9.807/1999 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHA.....	73
→ LEI Nº 10.446/2002 - INFRAÇÕES PENAIS DE REPERCUSSÃO INTERESTADUAL OU INTERNACIONAL.....	74
→ LEI Nº 10.741/2003 - ESTATUTO DO IDOSO (CRIMES).....	74
→ DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS (ARTS 1º AO 2º DA LEI Nº 10.826/2003).....	76
→ DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º DA LEI Nº 10.826/2003).....	76
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826/2003).....	77
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826/2003) .....	78
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS (ARTS 22 AO 34 DA LEI Nº 10.826/2003) .....	82
→ LEI Nº 11.101/2005 - LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E FALÊNCIA (CRIMES).....	82
→ LEI MARIA DA PENHA - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 11.340/2006).....	83
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006) .....	84
→ DA ASSIST. À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉST./FAMILIAR (ARTS. 8º A 12 DA LEI Nº 11.340/2006) .....	87
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 13 A 17 DA LEI Nº 11.340/2006).....	90
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	91
→ DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA (ARTS. 25 A 28 DA LEI Nº 11.340/2006) .....	93
→ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS (ARTS. 33 A 46 DA LEI Nº 11.340/2006).....	93
→ LEI DE DROGAS - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 11.343/2006).....	94
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006) .....	94
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006) .....	95
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006) .....	97
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARREC. E DEST. DE BENS (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006) .....	102
→ DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL, DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 65 A 75 DA LEI Nº 11.343/2006) .....	105
→ LEI Nº 12.030/2009 - PERÍCIAS OFICIAIS.....	105
→ LEI Nº 12.037/2009 - IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL .....	106
→ LEI Nº 12.694/2012 - PROCESSO E O JULGAMENTO EM 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	113
→ LEI Nº 12.830/2013 - INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDUZIDA PELO DELEGADO DE POLÍCIA .....	113
→ LEI Nº 12.850/2013 (ANTIGA LEI 9.034/1995) - CRIME ORGANIZADO.....	117
→ LEI Nº 13.146/2015 - CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 88 AO 91).....	126
→ LEI Nº 13.260/2016 - TERRORISMO (CRIMES) .....	126
→ LEI Nº 13.869/2019 (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965) - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.....	127

# LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL .....135

→ ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL.....	135
→ DA ATIVIDADE DA ADVOCACIA.....	135
→ DOS DIREITOS DOS ADVOGADOS.....	135
→ RESOLUÇÃO CFB Nº 207/2018 - CÓDIGO DE ÉTICA E DEONTOLOGIA DO BIBLIOTECÁRIO.....	135
→ CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS.....	136
→ NBC PG 01/2019 - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR.....	136
→ NBC PG 100 - APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE.....	136
→ LEI Nº 5.194/1966 - REGULA AS PROFISSÕES DE ENGENHEIRO, ARQUITETO E AGRÔNOMO.....	136
→ LEI Nº 6.496/1977 - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	137
→ DECRETO Nº 23.569/1933 - REGULA AS PROFISSÕES DE ENGENHEIRO, DE ARQUITETO E DE AGRIMENSOR.....	137
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 218/1973 - DISCRIMINA ATIVIDADES DAS DIFERENTES MODALIDADES.....	137
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.002/2002 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DE ENGENHARIA.....	137
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.007/2003 - REGISTRO PROFISSIONAL E CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	137
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.025/2009 - ART E ATP.....	138
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.073/2016 - ATRIBUIÇÃO E TÍTULO PROFISSIONAL.....	138
→ RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.094/2017 - LIVRO DE ORDEM DE OBRAS E SERVIÇOS.....	138
→ LEI Nº 5.905/1973 - COFEN E CORENS.....	138
→ LEI Nº 7.498/1986 - EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ENFERMAGEM.....	139
→ DECRETO Nº 94.406/1987 - EXERCÍCIO DA ENFERMAGEM.....	139
→ RESOLUÇÃO COFEN Nº 358/2009 - SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.....	139
→ RESOLUÇÃO COFEN Nº 564/2017 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS ENFERMEIROS.....	139
→ LEI Nº 3.820/1960 - CRIA O CONSELHO FEDERAL E OS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA.....	140
→ RESOLUÇÃO CFF Nº 648/2017 - PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA.....	140
→ RESOLUÇÃO CFF Nº 711/2021 - CÓDIGO DE ÉTICA FARMACÊUTICA.....	140
→ RESOLUÇÃO CFFA Nº 490/2016 - CÓDIGO DE ÉTICA EM FONOAUDIOLOGIA.....	140
→ RESOLUÇÃO CFM Nº 2.173/2019 - CRITÉRIOS DO DIAGNÓSTICO DE MORTE ENCEFÁLICA.....	141
→ RESOLUÇÃO CFM Nº 2.217/2018 - CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA.....	141
→ DECRETO Nº 5.053/2004 - REGULAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS E DOS ESTABELECIMENTOS.....	142
→ LEI Nº 5.081/1966 - EXERCÍCIO DA ODONTOLOGIA.....	142
→ RESOLUÇÃO CFO Nº 118/2012 - CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICA.....	145
→ RESOLUÇÃO CFP Nº 010/2005 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS PSICÓLOGOS.....	148
→ LEI Nº 8.662/1993 - ASSISTENTE SOCIAL.....	150
→ RESOLUÇÃO CFESS Nº 273/1993 - CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL.....	150
→ RESOLUÇÃO CONTER Nº 15/2011 - CÓDIGO DE ÉTICA DOS PROFISSIONAIS DAS TÉCNICAS RADIOLÓGICAS.....	150
→ BIOÉTICA.....	151

<b>DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....</b>	<b>153</b>
→ EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (ART. 7º A 19 - NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO) .....	153
→ DO MANDADO DE SEGURANÇA (LEI Nº 12.016/2009 E CF/1988).....	154
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º AO 16 DA LGPD).....	155
→ SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30).....	155
→ DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (DPC, LEI Nº 8.429/1992).....	156
→ VIGÊNCIA DAS LEIS (ART. 1º - PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES).....	156
→ DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985 E CF/1988) .....	157
→ CONFLITOS NO TEMPO (ART. 6º EFEITOS, ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO, COISA JULGADA).....	157
→ CONTINUIDADE E REVOGAÇÃO DAS LEIS (ART. 2º - CONTINUIDADE, DERROGAÇÃO, AB-ROGAÇÃO, REPRISTINAÇÃO).....	158
→ LEI Nº 10.259/2001 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	158
→ DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 37 AO 45 DA LGPD).....	159
→ LEI Nº 13.300/2016 - MANDADO DE INJUNÇÃO.....	159
→ LEI Nº 12.965/2014 - MARCO CIVIL DA INTERNET .....	159
→ AÇÃO DE ALIMENTOS E PATERNIDADE (LEI Nº 5.478/1968, LEI Nº 11.804/2008 E LEI Nº 8.560/1992) .....	160
→ LEI Nº 9.307/1996 - ARBITRAGEM .....	160
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LGPD).....	160
→ DA FISCALIZAÇÃO (ARTS. 52 AO 54 DA LGPD) .....	160
→ CONCEITOS SOBRE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM .....	161
→ LEI Nº 9.099/1995 - JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	161
→ OBRIGATORIEDADE, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS (ART. 3º A 5º).....	161
→ DO HABEAS DATA (LEI Nº 9.507/1997 E CF/1988).....	161
→ DA AÇÃO POPULAR (LEI Nº 4.717/1965 E CF/1988).....	162

# LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

## → DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS

**1. (VUNESP – 2022)** A respeito da lei de contravenção penal, é correto dizer que

- a) prevê como pena a prisão simples e a multa, sendo que, no caso de prisão simples, a duração tem como limite máximo 10 anos.
- b) consagra o princípio da extraterritorialidade, podendo ser aplicada à contravenção penal praticada no estrangeiro, desde que presentes os requisitos legais.
- c) a tentativa é punível com a pena correspondente à contravenção consumada, diminuída de um a dois terços.
- d) as contravenções penais são processáveis por ação penal incondicionada.
- e) o desconhecimento da lei, ainda que inescusável, implica diminuição da pena.

**2. (INSTITUTO AOCP – 2021)** Sem prejuízo da distinção quantitativa e qualitativa entre crime e contravenção penal, essas espécies de infração também apresentam outras distinções, previstas no Código Penal e na Lei das Contravenções Penais. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
- b) A tentativa é punível tanto nos crimes como nas contravenções, porém, nessa última, a pena é diminuída da metade.
- c) Nas contravenções penais, a ação penal é pública condicionada à representação ou de iniciativa privada.
- d) O prazo mínimo da medida de segurança, nas contravenções penais, é de três meses.
- e) Nas contravenções penais, a duração da pena de prisão simples não pode ser superior a três anos.

**3. (UEG – 2018)** Sobre as contravenções penais previstas no Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, verifica-se que:

- a) Admitem ação penal privada.
- b) Não há reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil, por motivo de contravenção.
- c) A tentativa de contravenção é punida na forma prevista pelo Código Penal.

d) Segundo a Constituição, as contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas são de competência da Justiça comum Federal.

e) A pena de prisão simples não pode ser cumprida em regime fechado, mesmo em caso de regressão de regime.

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** A polícia civil de determinado município deflagrou operação a fim de investigar a exploração ilícita de jogo do bicho, promovida pelos denominados banqueiros. Constatou-se que os chamados recolhedores usavam motocicletas para coletar apostas em municípios vizinhos. Identificadas as motocicletas usadas, o Ministério Público estadual requereu a busca e apreensão dos veículos, o que foi deferido pelo juízo competente. Intimado, Antônio, dono de uma das motocicletas e recolhedor de apostas, compareceu à delegacia, ocasião em que firmou compromisso de posterior comparecimento ao juízo criminal e entregou o veículo, após lavratura do competente termo circunstanciado. Na audiência preliminar, o representante do Ministério Público apresentou proposta de transação penal a Antônio: pagamento de dez cestas básicas a uma instituição de caridade. A proposta foi aceita e devidamente homologada pelo juízo. Comprovado o cumprimento da proposta, foi proferida sentença extintiva da punibilidade de Antônio. Na mesma sentença, o magistrado acolheu manifestação do Ministério Público e decretou o confisco da motocicleta de Antônio.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando os institutos inerentes à Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores acerca da matéria.

A condenação penal de Antônio, em caso de eventual inviabilidade da transação penal, dependeria da identificação dos denominados banqueiros que promoviam o jogo do bicho.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**5. (UEG – 2018)** Nos termos do Decreto-Lei n. 3.688/1941, tipifica-se como contravenção relativa à organização do trabalho a seguinte conduta:

- a) recusar-se a receber, pelo seu valor, moeda de curso legal no país.
- b) exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício.
- c) provocar, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém.

- d) perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheio, exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais.
- e) entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita.

---

**6. (FCC – 2017)** Constituem contravenções penais previstas no Decreto-Lei nº 3.688/1941:

- I. Mendigar, por ociosidade ou cupidez.
- II. Praticar vias de fato contra alguém.
- III. Servir bebidas alcoólicas a criança ou adolescente.
- IV. Fingir-se funcionário público.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) I e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

---

**7. (IBFC – 2017)** Considere as regras básicas aplicáveis ao Direito Penal e ao Direito Processual Penal para assinalar a alternativa correta sobre as espécies de infração penal.

- a) Crime e contravenção penal são sinônimos
- b) No caso de contravenção penal, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para os crimes, admite-se prisão simples
- c) No caso de crime, admitem-se penas de reclusão e detenção, enquanto que, para as contravenções penais, admite-se prisão simples
- d) No caso de contravenção penal, admite-se pena de reclusão, enquanto que, para os crimes, admite-se detenção
- e) No caso de contravenção penal, admite-se pena de detenção, enquanto que, para os crimes, admite-se reclusão

---

**8. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** Se uma pessoa praticar vias de fato contra alguém, sem que o fato constitua crime, ela terá cometido contravenção penal. Entretanto, segundo a Lei das Contravenções Penais,

- a) ela será considerada reincidente se tiver cometido crime no exterior, com sentença condenatória transitada em julgado.
- b) ela será considerada reincidente se tiver cometido qualquer crime no Brasil, ainda que a sentença condenatória não tenha transitado em julgado.
- c) ela responderá por tentativa de contravenção, se o fato ocorrer por circunstância própria da vontade dela.
- d) se o fato ocorrer entre brasileiros e no exterior, a lei brasileira será aplicada e a pena, agravada.
- e) ela será considerada reincidente se tiver cometido anteriormente contravenção penal no exterior.

---

**9. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** O brasileiro nato, maior e capaz, que praticar vias de fato contra outro brasileiro nato

- a) será considerado reincidente, caso tenha sido condenado, em território estrangeiro, por contravenção penal.
- b) poderá ser condenado a penas de reclusão, de detenção e de multa.
- c) responderá por contravenção penal no Brasil, ainda que a conduta tenha sido praticada em território estrangeiro.
- d) responderá por contravenção, na forma tentada, se tiver deixado de praticar o ato por circunstâncias alheias a sua vontade.
- e) responderá por contravenção penal e, nesse caso, a ação penal é pública incondicionada.

**10. (VUNESP – 2014)** Com relação ao crime e à contravenção, assinale a alternativa correta.

- a) A contravenção penal somente pode ser apenada com detenção.
- b) O crime é infração penal menos grave do que a contravenção.
- c) A contravenção poderá ser dolosa ou culposa.
- d) A contravenção penal poderá ser apenada com prisão simples.
- e) O crime é doloso e a contravenção, culposa.

---

**11. (IBFC – 2014)** Suponha que um escrivão de polícia, no ato de lavratura de um termo circunstanciado de ocorrência, acabe por reter dolosamente o documento de identificação pessoal apresentado pelo autor da conduta delitiva. Nesse caso o escrivão:

- a) Não cometeu infração penal, pois tal conduta não encontra previsão na lei penal.
- b) Cometeu crime de menor potencial ofensivo
- c) Cometeu uma contravenção penal
- d) Não cometeu infração penal, mas apenas infração administrativa.

---

**12. (VUNESP – 2014)** As contravenções penais se diferenciam dos crimes, pois aquelas não

- a) geram reincidência (LCP, art. 7.º).
- b) são punidas na forma tentada (LCP, art. 4.º).
- c) geram antecedentes criminais (LCP, art. 7.º).
- d) admitem pena de prisão, apenas multa (LCP, art. 9.º).
- e) são processadas por ação penal de iniciativa pública (LCP, art. 17).

---

**13. (VUNESP – 2014)** Decreto-Lei nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais

Considera-se, consoante o art. 1.º da Lei de Introdução ao Código Penal, contravenção a infração penal a que a Lei comina pena(s)

- a) de prisão simples ou multa.
- b) privativa de liberdade.
- c) de reclusão ou de detenção.
- d) restritiva de direitos.
- e) privativas e restritivas de liberdade.

---

**14. (INCAB – 2013)** Anfrosina inumou o cadáver do seu filho recém-nascido em um cemitério, com infração das disposições legais, visando impedir que terceiros tivessem conhecimento da sua vida irregular. Portanto:

- a) obrou no delito de ocultação de cadáver.
- b) obrou na infração penal de vilipêndio a cadáver.
- c) praticou uma contravenção penal referente à Administração Pública.
- d) praticou o crime de violação de sepultura.
- e) não praticou infração penal.

---

**15. (CEBRASPE-CESPE – 2013)** No que se refere às contravenções penais, aos crimes em espécie e às leis penais extravagantes, julgue o item a seguir com base na jurisprudência dos tribunais superiores.

A tentativa de contravenção, mesmo que factível, não é punida.

( ) CERTO ( ) ERRADO

→ **LEI Nº 1.079/1950 E DEC. LEI Nº 201/1967 - CRIMES DE RESPONSABILIDADE**

**16. (IDECAN – 2021)** Prevalece na doutrina a classificação de fontes formais, como a lei e o costume. As fontes diretas são constituídas pelas leis em sentido amplo, que se subdividem em outras classificações quanto à finalidade ou importância das normas processuais.

Trata-se aqui das fontes processuais penais extravagantes.

Nas alternativas a seguir há exemplos de fontes extravagantes modificativas, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- Lei 8.038/90 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.
- Lei 1.079/50 – Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.
- Lei 9.099/95 – Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
- Lei 13.964/19 – Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.
- Lei 11.690/08 – Altera dispositivos do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências.

→ **LEI DE EXECUÇÃO PENAL - DO CONDENADO E DO INTERNADO (ARTS. 5º A 60 DA LEI Nº 7.210/1984)**

**17. (IDECAN – 2021)** Godofredo foi condenado pela prática de crime de estupro de vulnerável, em decisão já transitada em julgado. Durante o cumprimento de sua pena, em regular revista das celas determinada pela Administração Penitenciária, foi encontrado em sua posse aparelho telefônico que permitia a comunicação com o ambiente externo e/ou com outros presos, o que configura falta grave. O Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado várias vezes sobre o tema “falta grave durante a execução penal”. A respeito da posição do STJ, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente não configura falta disciplinar de natureza grave, por ausência de previsão legal na LEP.
- É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.
- O cometimento de falta disciplinar de natureza grave no curso da execução penal justifica a exigência de exame criminológico para fins de progressão de regime.
- A desobediência aos agentes penitenciários configura falta de natureza grave, a teor da combinação entre os art. 50, VI, e art. 39, II e V, da Lei de Execuções Penais.
- A falta grave pode ser utilizada a fim de verificar o cumprimento do requisito subjetivo necessário para a concessão de benefícios da execução penal.

**18. (INSTITUTO AOCP – 2021)** Conforme a Lei de Execução Penal, “o trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.” Nesse caso, de acordo com a sobredita Lei, o limite máximo do número de presos será de

- cinco por cento do total de empregados na obra.
- dez por cento do total de empregados na obra.
- quinze por cento do total de empregados na obra.
- vinte por cento do total de empregados na obra.
- vinte e cinco por cento do total de empregados na obra.

**19. (INSTITUTO AOCP – 2021)** Assinale a alternativa correta considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

- O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado.
- A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até quinze dias.
- O mandato dos membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária terá duração de três anos, renovado um terço a cada ano.
- Se, intimado pessoalmente ou por edital com prazo de trinta dias, o réu não comparecer injustificadamente à audiência admonitória, a suspensão ficará sem efeito e será executada imediatamente a pena.
- Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até dois anos de idade.

**20. (INSTITUTO AOCP – 2019)** À luz da Lei nº 7.210/1984, que disciplina a execução penal, assinale a alternativa correta.

- Em relação ao trabalho interno, a jornada não será inferior a 4 nem superior a 8 horas semanais.
- São recompensas regidas pela Lei nº 7.210/84 a concessão de regalias e o elogio.
- Considera-se egresso, para os fins da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 06 meses, a contar da saída do estabelecimento.
- Ao egresso poderá ser concedida assistência que consiste em alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado e pelo prazo de 3 dias.
- No trabalho externo, o número máximo de presos será de 15% do total de empregados na obra.

**21. (VUNESP – 2018)** De acordo com a Lei de Execução Penal, é **correto** afirmar que

- o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso.
- a permissão de saída é cabível apenas para pessoas presas em regime semiaberto.
- a saída temporária é permitida para visita à família e é concedida por prazo não superior a 7 (sete) dias, podendo ser renovada por mais 5 (cinco) vezes durante o ano.
- a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da penitenciária, incorra na prática de falta média.
- a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que ele já está trabalhando, porque deve comparar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

**22. (INSTITUTO AOCP – 2018)** O exame criminológico tem como objetivo a individualização da pena.

Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- De acordo com a Lei de Execuções Penais, o apenado, quando em fase de progressão de regime, deve se submeter ao exame criminológico com o objetivo de avaliar se está preparado para progredir para um regime menos gravoso.
- Para a realização do exame criminológico, faz-se necessário um psicólogo, um psiquiatra e um enfermeiro.
- Atualmente, fica a critério do juiz requisitar, quando achar necessário, o exame, desde que em decisão motivada.

- d) A lei de Execuções Penais prevê três requisitos para que o condenado progrida de regime: cumprimento de 1/6 da pena no regime anterior, apresentar bom comportamento durante o cumprimento da medida em regime fechado e ter uma avaliação positiva no exame criminológico.
- e) O exame criminológico é composto por único laudo assinado pelo psiquiatra, enfermeiro e psicólogo.

---

**23. (VUNESP – 2018)** No Brasil, depois de intensos debates, foi publicada a Lei nº 12.258/2010 alterando a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), prevendo a possibilidade de fiscalização do condenado, por meio da monitoração eletrônica, entre outras, na seguinte hipótese:

- a) Autorizar a saída temporária no regime semiaberto.
- b) Aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida no regime aberto.
- c) Conceder livramento condicional.
- d) Aplicar pena restritiva de liberdade a ser cumprida no regime semiaberto.
- e) Conceder suspensão condicional da pena.

---

**24. (IBADE – 2017)** A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com a seguinte característica, nos moldes da lei de Execução Penal:

- a) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite da metade da pena aplicada.
- b) recolhimento em cela com, no máximo, 3 detentos.
- c) visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de uma hora.
- d) duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um terço da pena aplicada.
- e) o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.

---

**25. (CEBRASPE-CESPE – 2016)** De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 – LEP –, a prestação de trabalho

- a) decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
- b) em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- c) a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- d) é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- e) externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

---

**26. (UEPA – 2013)** De acordo com a Lei de Execução Penal é **correto** afirmar que:

- a) indivíduo que tenha sido condenado, em processos distintos, a duas penas privativas de liberdade em regime inicial semiaberto, pode iniciar a execução em regime fechado, se o somatório das penas importar em valor incompatível com esse regime.
- b) a inclusão do apenado no regime aberto depende da comprovação de que o mesmo já está trabalhando, porque deve comprovar a capacidade prévia de sustentar-se por meios lícitos.

- c) a regressão de regime pode ser imposta ao apenado que, no curso da execução, seja condenado, por sentença transitada em julgado, pela prática de crime doloso ou, nos termos do regulamento da casa penal, da prática de falta grave.
- d) o regime disciplinar diferenciado pode ser imposto tanto ao condenado quanto ao preso provisório, tendo como fundamento a prática de qualquer crime doloso, porque todos os crimes dolosos constituem faltas graves.
- e) razões de segurança ou disciplinares autorizam o diretor do estabelecimento penal a suspender ou restringir certos direitos do preso, dentre eles o de receber visitas íntimas, mas não pode ser suspenso o direito às visitas normais dos familiares, porque essa é uma condição básica de ressocialização.

---

**27. (CEBRASPE-CESPE – 2013)** De acordo com a Lei de Execução Penal – Lei n.º 7.210/1984 –, julgue o item subsequente.

O preso provisório, mesmo que apresente alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade, não poderá ser submetido ao regime disciplinar diferenciado, que é destinado apenas aos presos condenados.

( ) CERTO ( ) ERRADO

---

**28. (IDECAN – 2021)** A Lei de Execuções Penais – 7.210/84 – é considerada um diploma moderno, que reconhece o preso como sujeito de direitos e estabelece deveres e direitos aos condenados. A respeito das disposições legais contidas na Lei 7.210/84, NÃO é correto afirmar que

- a) o cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- b) são considerados órgãos da execução penal o Conselho da Comunidade, o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, a Defensoria Pública, o Patronato, os Agentes Penitenciários, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Juízo da Execução e os Departamentos Penitenciários.
- c) a remissão de parte do tempo de execução da pena, por trabalho ou por estudo, será contado da seguinte forma: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- d) quando houver condenação por mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, a determinação do regime de cumprimento será feita pelo resultado da soma ou unificação das penas, observada, quando for o caso, a detração ou remição.
- e) a LEP se aplicará igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

---

## → DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE (ARTS. 105 A 170 DA LEI Nº 7.210/1984)

**29. (FGV – 2022)** A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, passou por significativas alterações em decorrência do advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Um dos temas alterados foi a progressão de regimes, prevista no Art. 112 da Lei.

Em relação à nova sistemática da progressão de regimes, especificamente quanto à quantidade de pena a cumprir, é **incorreto** afirmar que



- a) o réu primário autor de crime não hediondo e cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, poderá progredir de regime após o cumprimento de 16% da pena no regime anterior.
- b) o réu reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça e não hediondo, poderá progredir de regime após o cumprimento de 20% da pena no regime anterior.
- c) o réu condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado poderá progredir de regime após o cumprimento de 60% da pena no regime anterior.
- d) o réu reincidente em crime hediondo com resultado morte poderá progredir de regime após o cumprimento de 70% da pena no regime anterior.
- e) o réu primário, condenado por crime hediondo sem resultado morte, poderá progredir de regime após o cumprimento de 40% da pena no regime anterior.

**30. (FGV – 2022)** A concessão de prisão domiciliar prevista no Art. 117 da Lei de Execução Penal tem como pressuposto

- a) a execução da penal em regime aberto.
- b) a inexistência de estabelecimento no regime semiaberto.
- c) a inexistência de estabelecimento no regime aberto.
- d) o risco de contágio pela Covid-19.
- e) a obtenção de permissão para sair do estabelecimento.

**31. (FGV – 2022)** Joaquim foi condenado a 8 anos de pena privativa de liberdade pelo cometimento do crime de homicídio, em regime inicial fechado. Uma vez iniciada a execução penal, Joaquim pretendia ostentar bom comportamento a fim de exercer atividades laborativas e educativas no cárcere.

Neste sentido, assinale a opção **incorreta** à luz dos ditames da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).

- a) Durante o regime fechado, Joaquim poderá ser beneficiado por trabalho externo em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- b) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 2 (dois) dias.
- c) Durante o regime fechado e semiaberto, Joaquim poderá obter a remição da pena pelo estudo na ordem de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- d) No regime semiaberto, Joaquim poderá exercer trabalho externo, bem como frequentar ensino superior fora do estabelecimento prisional.
- e) Ao longo da execução penal, qualquer trabalho desempenhado por Joaquim deverá ser sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.

**32. (FGV – 2022)** O apenado comete falta disciplinar de natureza grave, devidamente apurada em Procedimento Administrativo Disciplinar. Nesse caso, nos termos do Art. 118, inciso I, da Lei nº 7.210/84,

- a) impõe-se a regressão de regime, uma vez que a lei não concede ao juiz discricionariedade.
- b) é facultada ao juiz da execução a imposição de regressão de regime, diante de sua discricionariedade.
- c) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, após avaliação em audiência de justificação.

- d) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da função reintegradora do agente à sociedade.
- e) é facultada ao juiz da execução a manutenção do regime em que submetido o apenado, em razão da necessidade de ressocialização, reeducação e reabilitação.

**33. (FGV – 2022)** Em relação à concessão de benefícios de execução penal, assinale a afirmativa correta.

- a) O preenchimento de requisitos de ordem objetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- b) O preenchimento de requisitos de ordem subjetiva para obtenção de benefícios é suficiente.
- c) O comportamento do sentenciado durante a execução só pode ser avaliado por comissão técnica específica.
- d) A longa pena a ser cumprida, por si só, é inapta para se aferir o mérito do executado.
- e) A gravidade abstrata do crime constitui fundamento idôneo para negar o benefício.

**34. (IDECAN – 2021)** Com as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, conhecida como “Pacote Anticrime”, institutos da Lei de Execuções Penais sofreram alterações significativas, tais como a progressão de regime e o livramento condicional.

Nesse sentido, analise as situações a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte, se for reincidente, não poderá progredir de regime de cumprimento de pena.
- b) Apenas o reincidente não poderá obter livramento condicional se praticar crime hediondo com resultado morte.
- c) Aquele que pratica crime hediondo ou equiparado a hediondo, se for primário, poderá obter a progressão de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 50% da pena.
- d) Aquele que pratica crime hediondo com resultado morte não poderá obter livramento condicional, seja primário ou reincidente.
- e) Aquele que pratica crime hediondo sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que primário, poderá progredir de regime de cumprimento de pena após cumprir ao menos 25% da pena.

**35. (IDECAN – 2021)** Carlos foi condenado a uma pena de mais de dez anos de reclusão, tendo a sentença determinado o cumprimento da pena em regime inicialmente fechado. Transitada em julgado a sentença penal condenatória, iniciou-se o processo de execução de pena, tendo Carlos se recolhido à prisão.

Cumpridos os requisitos subjetivos e objetivos para a obtenção da progressão de regime, o advogado de Carlos ingressou com o pedido perante o Juízo de Execução. Deferida a progressão para o regime menos rigoroso, semiaberto, a execução continuou a cumprir seu papel. Passados mais alguns anos, Carlos cumpriu o prazo para mais uma progressão de regime.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- a) A legislação determina um prazo de suspensão da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- b) A legislação determina um prazo de interrupção da contagem de prazo após o deferimento da primeira progressão de regime para que o apenado possa começar novamente a contagem do prazo para o segundo benefício.
- c) O cálculo de pena para uma posterior progressão de regime de Carlos para o regime aberto deve ser feito sobre o total da pena imposta na sentença.